



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.395-A, DE 2022

(Do Sr. Alexandre Frota)

Institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, pela aprovação deste e do de nº 1398/22, apensado, com substitutivo (relator: DEP. MERLONG SOLANO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 1398/22

III - Na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



PROJETO DE LEI Nº DE 2022

(Deputado Alexandre Frota)

Institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Inclusão Digital para Idosos, que oferecerá nas entidades públicas de acolhimento de idosos em caráter obrigatório e gratuito, acesso a cursos de inclusão digital.

Artigo 2º - O Programa de Inclusão Digital para Idosos tem como objetivos:

I – fazer a inclusão da pessoa idosa, para o uso das novas tecnologias da informação;

II - promover a socialização, permitir o acesso a informação e tornar a pessoas mais independentes e dentro das possibilidades fazê-las produtivas para si mesmas;

III - oferecer cursos destinados à pessoa idosa, que ajude e facilite aprendizado, ensinando passo a passos das novas plataformas digitais e dominação do conteúdo.

IV - Os cursos devem demonstrar as facilidades e ferramentas do uso da tecnologia digital.





Parágrafo único - Fica autorizada a celebração de parcerias com universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades.

Artigo 3º - As pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, consideradas idosas na forma da lei, poderão participar do Programa desde que sintam necessidade e vontade.

Artigo 4º - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, sempre buscando o aumento das ações do Programa.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor 1 (um) ano após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Envelhecer hoje em dia para aqueles idosos que mal tiveram oportunidade de frequentar os bancos escolares pode significar exclusão digital e isolamento social. A revolução da informática transformou drasticamente os modos de produção do saber e as formas de comunicação. E muitos idosos ficaram à margem desta inovação.

A facilidade de acesso aos telefones celulares favoreceu a compra destes aparelhos por ou para idosos, que se depararam com um novo desafio: como usá-lo? Para as famílias, ter seus idosos portando celulares pode significar segurança e tranquilidade. No entanto, notou-se no serviço (IPGG) que muitos idosos ganhavam ou até compravam os aparelhos, mas não sabiam como utilizá-los, tornando-os inúteis em suas bolsas e bolsos. Foram várias as queixas dos idosos de que seus filhos, netos, sobrinhos etc. não tinham paciência para ensiná-los a manusear o aparelho e compreender suas funções. Esta foi uma das principais motivações para que o IPGG





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

voltasse o olhar na busca por um programa de inclusão digital adaptado ao idoso, considerando sua escolaridade, experiência anterior com tecnologias, habilidade manual, acuidade visual e auditiva e funções cognitivas.

Portanto o presente programa tem o intuito de inserir os idosos no mundo digital pois além de proporcionar uma atividade cultural é de suma importância que os mesmos se sintam produtivos para si próprios

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em, de maio de 2022

Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Frota
Câmara dos Deputados - Anexo IV - 2º andar - Gabinete 216 - 70160-900 Brasília - DF - Tel (61) 3215-5216
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221662241300>
dep.alexandrefrota@camara.leg.br



PROJETO DE LEI N.º 1.398, DE 2022

(Do Sr. José Nelto)

Dispõe sobre a criação de um programa de inclusão digital para idosos em asilos.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-1395/2022.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022(Do Sr. **JOSÉ NELTO**)

Dispõe sobre a criação de um programa de inclusão digital para idosos em asilos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Institui-se o Programa de Inclusão Digital na Terceira Idade, por meio do qual os asilos públicos oferecerão aos internados, em caráter obrigatório e gratuito, acesso a cursos de inclusão digital.

Art.2º - O Programa de Inclusão Digital na Terceira Idade tem como intuito:

I - capacitar à pessoa idosa, através de oficinas de inclusão digital, para o uso das novas tecnologias da informação;

II - promover lazer, socialização, ampliar a comunicação, permitir a informação e tornar as pessoas mais independentes e autônomas;

III - oferecer cursos especialmente destinados à pessoa idosa, que facilite ao máximo o aprendizado, ensinando passo a passo, transmitindo segurança e dominação do conteúdo.

IV - Os cursos devem demonstrar as facilidades e ferramentas do uso da tecnologia digital.

V - Os conteúdos a serem abordados digitalmente deverão possuir teor em pró do desenvolvimento cognitivo.

Parágrafo único : Para a devida efetivação, autoriza-se a celebração de parcerias com universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Nelto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228935322700>



Art. 3º - As pessoas com mais de 60 (sessenta) anos poderão participar do Programa desde que sintam necessidade.

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, sempre buscando o aumento das ações do Programa.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem como intuito proporcionar a inclusão digital para idosos em asilos. Tal ideia irá proporcionar o aperfeiçoamento da memória, o lazer, socialização, além de retardar o envelhecimento cognitivo e consequentemente gerar diversos benefícios para essa parcela de indivíduos.

Segundo pesquisa divulgada em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 14,9% da população idosa faz uso de aparelhos tecnológicos com acesso à internet. Essa atividade pode ser bastante saudável para eles, por propiciar a interação com a família, contribuir nas funções cognitivas e reduzir as chances de depressão, ao promover a socialização do indivíduo. Muitos residenciais para idosos introduziram atividades que incluem o contato com a tecnologia, como jogos e testes em tablets, já que ela oferece diversos benefícios para a saúde cognitiva e motora dos residentes. Além disso, esse contato é de extrema importância para que eles se sintam integrados na sociedade, vendo que o mundo contemporâneo passa por muitas mudanças constantemente.¹

Em conformidade com o que já exposto, tal proposição se faz de extrema importância, além de proporcionar benefícios em concordância com o art. 2º do estatuto do idoso, que diz: O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades,

¹ casaderepousoemsaopaulo.com



para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.²

Diante do que já exposto, torna-se de suma importância a efetivação da proposta em questão.

Assim, rogo aos pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PP/GO)



² www.planalto.gov.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Nelto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228935322700>



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 1.395, DE 2022

Institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos e dá outras providências

Autor: Deputado ALEXANDRE FROTA

Relator: Deputado MERLONG SOLANO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.395, de 2022, de autoria do nobre Deputado Alexandre Frota, institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos, a fim de oferecer, em entidades públicas de acolhimento de idosos, e em caráter obrigatório e gratuito, o acesso a cursos de inclusão digital.

O Programa de Inclusão Digital para Idosos tem, dentre outros, os seguintes objetivos: (i) fazer a inclusão da pessoa idosa, para o uso das novas tecnologias da informação, (ii) promover a socialização, permitir o acesso a informação e tornar a pessoas mais independentes e, dentro das possibilidades, fazê-las produtivas para si mesmas, (iii) oferecer cursos destinados à pessoa idosa, que ajudem e facilitem o aprendizado, ensinando o passo a passo das novas plataformas digitais e como utilizar seus conteúdos. Além disso, os cursos devem demonstrar as facilidades trazidas pelas ferramentas que fazem uso da tecnologia digital.

Para estas finalidades, a proposição autorizada a celebração de parcerias com universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades.

Na forma da proposta, a regulamentação da lei será realizada pelo Poder Executivo, com o objetivo de expandir as ações do Programa e as



despesas decorrentes de sua execução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Apensado ao projeto em análise, está o Projeto de Lei nº 1.398, de 2022, de autoria do preclaro deputado José Nelto, que possui objetivos muito semelhantes, incluindo os de capacitação à pessoa idosa, para o uso das novas tecnologias da informação, o de promoção do lazer e a oferta de cursos destinados à pessoa idosa, tudo isso com o fim de facilitar o aprendizado, e transmitir maior segurança na interação com conteúdos digitais.

A proposição foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para análise no mérito, e de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD. A matéria está sujeita à apreciação conclusiva das comissões e tramita sob o rito ordinário.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei 10.741, de 2003, que aprovou o Estatuto do Idoso, dispõe que ao idoso devem ser asseguradas, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Cabe ao Poder Público, portanto, assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos.

Hoje, diante do que podemos chamar de Sociedade da Informação, o domínio no conhecimento e manuseio de equipamentos eletrônicos, como smartphones, tablets e laptops é fundamental para a inserção efetiva da pessoa na sociedade.

É sabido que as pessoas mais idosas têm bastante dificuldade em lidar o avanço estonteante da tecnologia e de absorver todas as novidades



que surgem no mercado diariamente. Esse desconhecimento acaba tornando o idoso menos hábil e capaz de adquirir conhecimento, ter acesso a notícias e mesmo se defender de golpes e crimes que envolvem o uso da tecnologia¹. Na China, por exemplo, os idosos representam mais de 70% das vítimas de golpes virtuais².

Dessa forma, as proposições ora analisadas vêm em boa hora. O objetivo de ambas é oferecer, de forma obrigatória e gratuita, no âmbito de entidades públicas, o acolhimento a idosos com o acesso a cursos de inclusão digital. O idoso precisa ser parte da sociedade em que vivemos e, numa sociedade digitalizada, o conhecimento dessas ferramentas é essencial.

A inclusão e a socialização do idoso passa, portanto, pelo incremento do acesso à informação por parte dessas pessoas, de modo que se tornem mais independentes e ampliem seus horizontes, aumentando sua capacidade de produção. Para isso, é muito importante a existência farta de cursos destinados aos idosos, dentro de um modelo de ensino próprio e específico a essa categoria de pessoas, a fim de que, com o uso das tecnologias digitais, elas possam participar mais ativamente da sociedade.

Caberia ao Poder Executivo regulamentar de que modo as entidades públicas, por meio de parcerias, poderiam atuar para a promoção dos objetivos da presente proposição. Quanto a eventuais questionamentos em relação à adequação orçamentária, estes devem ser analisados nas comissões competentes.

Embora concordemos com o mérito da proposta, entendemos necessários alguns reparos de forma, para melhor adequação à técnica legislativa. Em razão disso, procedemos a algumas alterações no texto sem, no entanto, alterar o mérito das propostas originais.

Por todo o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.395, de 2022, e do Projeto de Lei nº 1.398, de 2022, na forma do Substitutivo em anexo.

1 Ver em: <https://conectaja.proteste.org.br/golpes-virtuais-contr-idosos-cresceram-durante-a-pandemia/>. Acesso em 12/07/2022.

2 Ver em: <https://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1286610-6174,00-IDOSOS+RESPONDEM+POR+DAS+VITIMAS+DE+GOLPES+VIRTUAIS+NA+CHINA.html>. Acesso em 12/07/2022.



Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MERLONG SOLANO
Relator

2022-7565



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.395, DE 2022

Institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos e dá outras providências

Autor: Deputado ALEXANDRE FROTA

Relator: Deputado MERLONG SOLANO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Inclusão Digital para Idosos, com a finalidade de oferecer, em entidades públicas, acolhimento de idosos em caráter obrigatório e gratuito, com acesso a cursos de inclusão digital.

Art. 2º O Programa de Inclusão Digital para Idosos tem como objetivos:

I – a ampliação do uso das novas tecnologias da informação pelo idoso;

II – a promoção da independência, da produtividade e da socialização do idoso, ampliando seu acesso à informação; e

III – a oferta de cursos destinados à pessoa idosa, para ajudar e facilitar o aprendizado, incluindo o uso das novas plataformas digitais e o manuseio de conteúdos digitais.

§ 1º Os cursos mencionados no inciso III devem demonstrar, de forma acessível e didática, o modo de uso e as facilidades trazidas pela tecnologia digital.



§ 2º Para os fins desta lei, fica autorizada a celebração de parcerias entre a Administração Pública e universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais e outras entidades, na forma da regulamentação.

Art. 3º A participação de pessoas idosas no Programa de Inclusão Digital é voluntária.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de 1 (um) ano após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MERLONG SOLANO
Relator

2022-7565





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 1.395, DE 2022

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.395/2022, e do PL 1398/2022, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Merlong Solano.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Denis Bezerra - Presidente, Vilson da Fetaemg - Vice-Presidente, Alexandre Padilha, Delegado Antônio Furtado, Dr. Frederico, Dr. Zacharias Calil, Flávia Moraes, Merlong Solano, Miguel Lombardi, Ossesio Silva, Professora Marcivania, Tereza Nelma, Elias Vaz, Felício Laterça e Leandre.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2022.

Deputado DENIS BEZERRA
Presidente





COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.395, DE 2022

Institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos e dá outras providências

Autor: Deputado ALEXANDRE FROTA

Relator: Deputado MERLONG SOLANO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Inclusão Digital para Idosos, com a finalidade de oferecer, em entidades públicas, acolhimento de idosos em caráter obrigatório e gratuito, com acesso a cursos de inclusão digital.

Art. 2º O Programa de Inclusão Digital para Idosos tem como objetivos:

I – a ampliação do uso das novas tecnologias da informação pelo idoso;

II – a promoção da independência, da produtividade e da socialização do idoso, ampliando seu acesso à informação; e

III – a oferta de cursos destinados à pessoa idosa, para ajudar e facilitar o aprendizado, incluindo o uso das novas plataformas digitais e o manuseio de conteúdos digitais.

§ 1º Os cursos mencionados no inciso III devem demonstrar, de forma acessível e didática, o modo de uso e as facilidades trazidas pela tecnologia digital.

§ 2º Para os fins desta lei, fica autorizada a celebração de parcerias entre a Administração Pública e universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais e outras entidades, na forma da regulamentação.



Art. 3º A participação de pessoas idosas no Programa de Inclusão Digital é voluntária.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de 1 (um) ano após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2022.

Deputado DENIS BEZERRA
Presidente

Apresentação: 14/12/2022 14:13:18.470 CIDOSO
SBT-A 1 CIDOSO => PL 1395/2022

SBT-A n.1

* C D 2 2 0 3 8 2 5 6 2 9 0 0 *

